



RELATÓRIO ANUAL
2013 · 2014



preveme
Tranquilidade para o seu futuro

MENSAGEM DA DIRETORIA

Caro Participante,

A Diretoria da Sociedade Previdenciária 3M – PREVEME, apresenta a seguir o Relatório Anual de 2013 da entidade.

Por meio dele, você poderá conferir como se encontra a administração do Plano da PREVEME, a situação patrimonial, as despesas administrativas e de investimentos, a situação dos investimentos: como alocação, gestão e rentabilidade obtidos no período. Esta publicação tem como objetivo demonstrar a integridade patrimonial e financeira do Plano de Benefícios administrado pela PREVEME.

A alteração da gestão dos investimentos que vem sendo realizada desde 2012 teve continuidade em 2013 para adequar e proteger os investimentos da volatilidade do cenário econômico.

Deste modo, leia atentamente o conteúdo deste Relatório, que traz pontos importantes à respeito da gestão da entidade.

Boa leitura.
SOCIEDADE PREVIDENCIÁRIA 3M – PREVEME

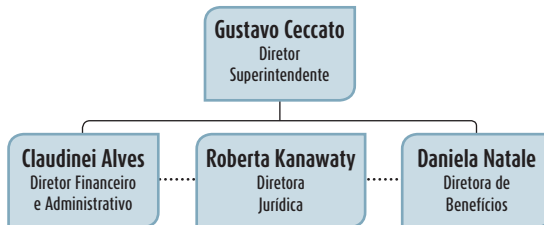
ÍNDICE

ADMINISTRAÇÃO DA PREVEME	03
SITUAÇÃO PATRIMONIAL	05
1. Demonstração do Ativo Líquido por Plano de Benefícios	06
2. Demonstração da Mutação do Ativo Líquido por Plano de Benefícios	07
3. Relatório dos auditores independentes sobre as demonstra�es contábeis	24
DESPESAS	27
1. Despesas com Carteira de Investimentos	27
2. Despesas com Pessoal	28
3. Despesas com Prestadores de Serviços	28
4. Despesas Diversas	29
INVESTIMENTOS: POLÍTICA E DEMONSTRATIVOS	29
1. Total dos Investimentos	34
2. Gestão Terceirizada	35
3. Rentabilidade do Plano de Benefícios	36
SITUA�O ATUARIAL DO PLANO DE BENEFÍCIOS	37
1. Adequa�o e Aderência da Taxa Real de Juros	40
2. Principais Impactos ou Afeta�es sofridos pelo Plano	41
3. Déficit do Plano	43
4. Hipóteses Atuariais e seus Fundamentos	44
FISCALIZA�O	45

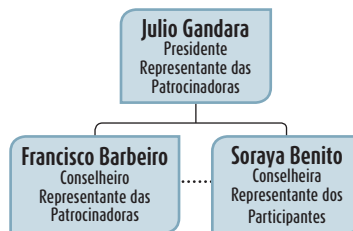
ADMINISTRAÇÃO DA PREVEME

(Composição Atual)

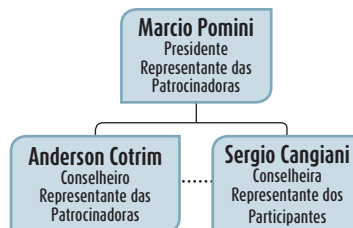
Membros da Diretoria



Membros do Conselho Deliberativo



Membros do Conselho Fiscal



No Conselho Fiscal e no Conselho Deliberativo há um conselheiro escolhido pelas patrocinadoras para ser o representante dos participantes, inclusive aposentados.

SITUAÇÃO PATRIMONIAL

1. Demonstrações Contábeis

Serão apresentadas a seguir as Demonstrações Contábeis da Sociedade Previdenciária 3M - PREVEME:

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012 (Em R\$ mil)

A T I V O	<u>2013</u>	<u>2012</u>	P A S S I V O	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Disponível	<u>370</u>	<u>63</u>	Exigível Operacional	<u>541</u>	<u>505</u>
			Gestão Previdencial	436	370
Realizável	<u>476.081</u>	<u>549.042</u>	Gestão Administrativa	45	65
Gestão Previdencial	20	19	Investimentos	60	70
Gestão Administrativa	46	65	Exigível Contingencial	<u>661</u>	<u>788</u>
Investimentos	<u>476.015</u>	<u>548.958</u>	Investimentos	<u>661</u>	<u>788</u>
Ações	-	42	Provisão	661	788
Títulos Públicos	82.527	-	Patrimônio Social	<u>475.249</u>	<u>547.812</u>
Créditos Privados	5.291	-	Patrimônio de Cobertura do Plano	<u>575.503</u>	<u>534.347</u>
Fundos de Investimentos	381.907	548.547	Provisões Matemáticas	<u>575.503</u>	<u>534.347</u>
Depósito Judiciais	6.290	369	Benefícios Concedidos	319.574	274.336
			Benefícios a Conceder	255.929	260.011
			Equilíbrio Técnico	<u>(100.254)</u>	<u>13.465</u>
			Superávit (Déficit) Téc. Acumulado	(100.254)	13.465
TOTAL DO ATIVO	<u>476.451</u>	<u>549.105</u>	TOTAL DO PASSIVO	<u>476.451</u>	<u>549.105</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012 (Em R\$ mil)

	<u>2013</u>	<u>2012</u>	<u>Variação (%)</u>
A) Patrimônio Social - início do exercício	547.812	479.235	14,31%
1. Adições	1.080	102.776	-98,95%
(+) Contribuições Previdênciais	-	14	0,00%
(+) Resultado Pos. dos Investimentos - Gestão Previdencial	-	101.761	0,00%
(+) Receitas Administrativas	1.080	1.001	7,89%
2. Destinações	(73.643)	(34.199)	115,34%
(-) Benefícios	(25.233)	(22.141)	13,97%
(-) Resultado Neg. dos Investimentos - Gestão Previdencial	(47.330)	(11.057)	328,05%
(-) Despesas Administrativas	(1.080)	(1.001)	7,89%
3. Acréscimo/Decréscimo no Patrimônio Social (1+2)	-72.563	68.577	-205,81%
(+/-) Provisões Matemáticas	(41.156)	(64.052)	-35,75%
(+) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	(113.719)	4.525	-2613,13%
B) Patrimônio Social - final do exercício (A+3)	475.249	547.812	-13,25%

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO
DE BENEFÍCIOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012 (Em R\$ mil)

	<u>2013</u>	<u>2012</u>	<u>Variação (%)</u>
A) Patrimônio Social - início do exercício	547.812	479.235	14,31%
1. Adições	-	101.775	-100,00%
(+) Contribuições Previdênciais	-	14	0,00%
(+) Resultado Pos. dos Investimentos - Gestão Previdencial	-	101.761	0,00%
2. Destinações	(72.563)	(33.198)	118,58%
(-) Benefícios	(25.233)	(22.141)	13,97%
(-) Resultado Neg. dos Investimentos - Gestão Previdencial	(47.330)	(11.057)	328,05%
3. Acréscimo/Decréscimo no Patrimônio Social (1+2)	(-72.563)	68.577	-205,81%
(+/-) Provisões Matemáticas	41.156	64.052	-35,75%
(+) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	(113.719)	4.525	-2613,13%
B) Patrimônio Social - final do exercício (A+3)	475.249	547.812	-13,25%

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012
(Em R\$ mil)

Plano	2013	2012	Varição (%)
1. Ativos	476.451	549.105	-13,23%
Disponível	370	63	487,30%
Recebível	66	84	-21,43%
Investimento	476.015	548.958	-13,29%
Ações	-	42	0,00%
Títulos Públicos	82.527	-	0,00%
Créditos Privados	5.291	-	0,00%
Fundos de Investimento	381.907	548.547	-30,38%
Depósito Judiciais	6.290	369	1604,61%
2. Obrigações	1.202	1.293	-7,04%
Operacional	541	505	7,13%
Contingencial	661	788	-16,12%
3. Fundos não Previdenciais	-	-	
Fundo Administrativo	-	-	0,00%
5. Ativo Líquido (1-2-3)	475.249	547.812	-13,25%
Provisões Matemáticas	575.503	534.347	7,70%
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	(100.254)	13.465	-844,55%

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012 (Em R\$ mil)

	2013	2012	Variação (%)
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	-	-	0,00%
1. Custeio da Gestão Administrativa	1.080	1.001	7,89%
1.1. Receitas	1.080	1.001	7,89%
Custeio Administrativo dos Investimentos	1.080	1.001	7,89%
Resultado Positivo dos Investimentos	-	-	0,00%
Outras Receitas	-	-	0,00%
2. Despesas Administrativas	(1.080)	(1.001)	7,89%
2.1. Administração Previdencial	(896)	(840)	6,67%
Pessoal e Encargos	(289)	(248)	16,53%
Treinamentos/congressos e seminários	(12)	(28)	-57,14%
Viagens e estadias	(11)	-	0,00%
Serviços de terceiros	(465)	(383)	21,41%
Despesas gerais	(119)	(181)	-34,25%
Outras Despesas	-	-	0,00%
2.2. Administração dos Investimentos	(184)	(161)	14,29%
Pessoal e Encargos	-	-	0,00%
Treinamentos/congressos e seminários	(6)	-	0,00%
Serviços de terceiros	(174)	(159)	9,43%
Despesas gerais	(4)	(2)	100,00%
2.4. Outras Despesas	-	-	0,00%
3. Resultado Negativo dos Investimentos	-	-	0,00%
4. Sobre/Insuficiência da Gestão Adm. (1-2-3)	-	-	0,00%
5. Constituição/Reversão do Fundo Adm. (4)	-	-	0,00%
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+5)	-	-	0,00%

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA
POR PLANO DE BENEFÍCIOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012 (Em R\$ mil)

	2013	2012	Variação (%)
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	-	-	0,00%
1. Custeio da Gestão Administrativa	1.080	1.001	7,89%
1.1. Receitas	1.080	1.001	7,89%
Custeio Administrativo dos Investimentos	1.080	1.001	7,89%
Resultado Positivo dos Investimentos	-	-	0,00%
Outras Receitas	-	-	0,00%
2. Despesas Administrativas	(1.080)	(1.001)	7,89%
2.1. Administração Previdencial	(896)	(840)	6,67%
Pessoal e Encargos	(289)	(248)	16,53%
Treinamentos/congressos e seminários	(12)	(28)	-57,14%
Viagens e estadias	(11)	-	0,00%
Serviços de terceiros	(465)	(383)	21,41%
Despesas gerais	(119)	(181)	-34,25%
Outras Despesas	-	-	0,00%
2.2. Administração dos Investimentos	(184)	(161)	14,29%
Pessoal e Encargos	-	-	0,00%
Treinamentos/congressos e seminários	(6)	-	0,00%
Serviços de terceiros	(174)	(159)	9,43%
Despesas gerais	(4)	(2)	100,00%
2.4. Outras Despesas	-	-	0,00%
3. Resultado Negativo dos Investimentos	-	-	0,00%
4. Sobre/Insuficiência da Gestão Adm. (1-2-3)	-	-	0,00%
5. Constituição/Reversão do Fundo Adm. (4)	-	-	0,00%
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+5)	-	-	0,00%

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO DE BENEFÍCIOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012 (Em R\$ mil)

	<u>2013</u>	<u>2012</u>	<u>Variação (%)</u>
Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)	476.406	549.040	-13,23%
1. Provisões Matemáticas	575.503	534.347	7,70%
1.1. Benefícios Concedidos	319.574	274.336	16,49%
Benefício Definido	319.574	274.336	16,49%
1.2. Benefício a Conceder	255.929	260.011	-1,57%
Benefício Definido	255.929	260.011	-1,57%
2. Equilíbrio Técnico	(100.254)	13.465	-844,55%
2.1. Resultados Realizados	(100.254)	13.465	-844,55%
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	(100.254)	13.465	-844,55%
4. Exigível Operacional	496	440	12,73%
4.1. Gestão Previdencial	436	370	17,84%
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	60	70	-14,29%
5. Exigível Contingencial	661	788	-16,12%
5.1. Investimentos - Gestão Previdencial	661	788	-16,12%

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

Em milhares de reais

1. Contexto Operacional

A Sociedade Previdenciária 3M – PREVEME é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar, EFPC, sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado distinta de suas patrocinadoras, com autonomia administrativa, patrimonial e financeira, tendo como principal patrocinadora a 3M do Brasil Ltda e as patrocinadoras 3M Manaus Indústria de Produtos Químicos Ltda e Sociedade de Previdenciária 3M – PREVEME. O funcionamento da Entidade foi autorizado pela Portaria nº 3.140 do Ministério do Trabalho e Previdência Social (MTPS) de 3 de março de 1983, por prazo indeterminado.

A finalidade da Entidade é instituir e administrar planos privados de concessão de benefícios e pecúlio e/ou renda complementares ou assemelhados aos da Previdência Social assegurados aos empregados das Patrocinadoras nos termos do Regulamento Básico e Regulamentos Complementares da Entidade.

Os recursos necessários à consecução dos objetivos da Entidade provêm, portanto, dos rendimentos resultantes dos recursos investidos, de acordo com normas estabelecidas pelas autoridades competentes.

A Entidade administra um plano de Benefício Definido inscrito sob o nº 1982.0030-65 no Cadastro Nacional dos Planos de Benefícios da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC.

A portaria MPS/PREVIC/DETEC nº 425, de 08 de julho de 2010 – DOU de 10 de junho de 2010 aprovou as alterações no Regulamento do Plano de Benefícios da PREVEME e nos termos do item 1.3 do Regulamento ora aprovado, o Plano de Benefícios encontra-se em extinção e está fechado para novas adesões, além de ter sido assegurado aos participantes do Plano o Benefício Suplementar Proporcional Saldado, conforme item 5.11 do Regulamento. Além dos Assistidos, o Plano de Benefícios conta com os Participantes Ativos e BPDs.

Em 31 de dezembro de 2013 a Entidade conta com 3.767 participantes ativos (4.005 em 2012) e 494 Participantes Assistidos (374 em 2012).

2. Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis de 2012 da PREVEME estão sendo apresentadas em atendimento às disposições legais dos órgãos normativos e reguladores das atividades das Entidades Fechadas de Previdência Complementar, especificamente a Resolução CNPC nº 8, de 31 de outubro de 2011, Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.272, de 22 de janeiro de 2010, que aprova a NBC TE 11 e as práticas contábeis brasileiras. De acordo com a Resolução CNPC nº 8, foi incluído o quadro Demonstração da Mutações do Patrimônio Social.

De acordo com Resolução CNPC 12, de 19 de agosto de 2013 a DOAP - Demonstração das Obrigações Atuariais foi alterada para Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios e entrou em vigor a partir de 30 de agosto de 2013, com efeitos sobre as demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

Essas diretrizes não requerem a divulgação em separado de ativos e passivos de curto prazo e de longo prazo, nem a apresentação da Demonstração do Fluxo de Caixa. A estrutura da planificação contábil padrão das EFPCs reflete o ciclo operacional de longo prazo da sua atividade, de forma que a apresentação de ativos e passivos, observadas as gestões previdencial, administrativa e o fluxo dos investimentos, proporcionando informações mais adequadas, confiáveis e relevantes do que a apresentação em circulante e não circulante, em conformidade com o item 63 da NBC T 19.27.

A sistemática introduzida pelos órgãos normativos apresenta, além das características já descritas, a segregação dos registros contábeis em duas gestões distintas (Previdencial e Administrativa) e o Fluxo dos Investimentos, que é comum às Gestões Previdencial e Administrativa, segundo a natureza e a finalidade das transações. Outras características apresentadas nas demonstrações contábeis da PREVEME: Balancete do Plano de Benefícios Previdencial, Balancete do Plano de Gestão Administrativa, Balancete Auxiliar utilizado para efetuar a consolidação das demonstrações contábeis e Balancete Consolidado.

3. Principais Práticas Contábeis

As demonstrações contábeis são de responsabilidade da administração e foram elaboradas e apresentadas em conformidade com as normas contábeis específicas da PREVIC. Conforme constam destas diretrizes, as práticas contábeis adotadas pela Entidade são específicas para o segmento das EFPC e estão resumidas a seguir:

(a) Apuração do Resultado

As Adições e Deduções da Gestão Previdencial, Receitas e Despesas da Gestão Administrativa, as Rendas/Variações Positivas e Deduções/Variações Negativas do Fluxo de Investimento, são escrituradas pelo regime contábil de competência de exercícios.

As Rendas/Variações Positivas de dividendos, bonificações e juros sobre capital próprio recebidos em dinheiro, decorrentes de investimentos em ações, são reconhecidas após a publicação da decisão da Assembleia Geral dos Acionistas das empresas investidas.

(b) Realizável

(i) Gestão previdencial

O realizável previdencial é apurado em conformidade com o regime de competência, estando representado pelos valores e pelos direitos da Entidade, relativos às contribuições das patrocinadoras e participantes.

(ii) Gestão administrativa

O realizável da gestão administrativa é apurado em conformidade com o regime de competência, estando representado pelos valores a receber decorrentes de operações de natureza administrativa.

(iii) Fluxo dos investimentos

Em atendimento à Resolução do CGPC nº 4, de 30 de janeiro de 2002, os títulos e valores mobiliários devem ser classificados em duas categorias, a saber:

(a) Títulos para negociação – títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem frequentemente negociados. São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas não realizadas reconhecidos no resultado do exercício.

(b) Títulos mantidos até o vencimento - títulos e valores mobiliários com vencimentos superiores a 12 (doze) meses da data de aquisição, os quais a entidade mantém interesse e capacidade financeira de manter até o vencimento, sendo classificados como de baixo risco por agência de risco do país, e que serão avaliados pela taxa de rendimentos intrínseca dos títulos, ajustados pelo valor de mercado, quando aplicável e seus efeitos reconhecidos em conta específica no resultado do exercício.

As aplicações em fundos estão demonstradas pelos valores das cotas informados pelos administradores na data-base das demonstrações financeiras. As aplicações em ações são contabilizadas pelo custo de aquisição, acrescido das despesas de corretagem e outras taxas incidentes, sendo avaliadas pelo valor de mercado, considerando-se a cotação de fechamento do mercado do último dia do mês em que a ação foi negociada em Bolsa de Valores, conforme passou a determinar a Resolução CGPC nº 25, de 30 de junho de 2008. Em caso de não haver negociação nos últimos seis meses, a avaliação é efetuada pelo valor patrimonial da ação, deduzidas as provisões para perdas, quando aplicável.

Para a obtenção dos valores de mercado dos títulos e valores mobiliários, são adotados os seguintes critérios:

- (1) Títulos públicos, com base nas taxas médias divulgadas pela Andima;
- (2) Ações de companhias abertas, pela cotação de fechamento do mercado do último dia do mês em que a ação tenha sido negociada na Bolsa de Valores; e
- (3) Fundos de investimentos, pelo valor da cota na data do balanço, informada pelo administrador do fundo.

As aplicações no segmento de renda fixa estão registradas no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC) e na Central de Custódia e Liquidação Financeira de Títulos (CETIP) e os investimentos em ações estão custodiadas na Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia (CBLIC), por meio da instituição financeira BNY Mellon, encarregadas pela administração e gestão das carteiras de investimentos, em atendimento a Resolução CMN nº 3.792, de 24 de setembro de 2009.

Os títulos e valores mobiliários que compõem a carteira de investimentos da Preveve estão classificados em sua totalidade como títulos para negociação.

(c) Exigível Operacional

São registrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas, estando representados pelas obrigações decorrentes de direito a benefícios pelos participantes, prestações de serviços de terceiros por terceiros, investimentos, operações com participantes e obrigações fiscais.

(d) Exigível Contingencial

São registradas ações contra a Entidade, que serão objeto de decisão futura, podendo ocasionar impacto na situação econômico-financeira.

Essas ações estão classificadas entre gestão previdencial, administrativa e de investimentos, de acordo com a sua natureza.

Para fins de classificação são usados os termos provável, possível e remota com os seguintes conceitos:

- Provável: a chance de um ou mais eventos futuros ocorrer é maior do que a de não ocorrer;
- Possível: a chance de um ou mais eventos futuros ocorrer é menor que provável, mas maior que remota;
- Remota: a chance de um ou mais eventos futuros ocorrer é pequena.

(e) Provisões Matemáticas

São apurados com base em cálculos atuariais, procedidos por atuários externos. Representam os compromissos acumulados no encerramento do exercício, quanto aos benefícios concedidos e a conceder aos participantes e assistidos.

(f) Estimativas Atuariais e Contábeis

As estimativas atuariais e contábeis foram baseadas em fatores objetivos que refletem a posição em 31 de dezembro de 2013 e 2012, com base no julgamento da administração para determinação dos valores adequados a serem registrados nas demonstrações contábeis. Os itens significativos sujeitos às referidas estimativas incluem as provisões matemáticas, calculadas atuarialmente por profissional externo.

(g) Receitas Administrativas

Atendendo à determinação legal contida nas Resoluções CNPC nº 8 de 31 de outubro de 2011, CGPC nº 29, de 31 de agosto de 2009 e Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, as receitas administrativas da PREVEVE I são debitadas no Plano Previdencial em conformidade com o plano de custeio vigente.

(h) Operações Administrativas

Em conformidade com a Resoluções CNPC nº 8 de 31 de outubro de 2011 e Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, os registros das operações administrativas são efetuados através do Plano de Gestão Administrativa – PGA.

As receitas administrativas são debitadas no Plano Previdencial em conformidade com o plano de custeio vigente.

O patrimônio do PGA é constituído pelas receitas (Previdencial, Investimentos e Diretas), deduzidas das despesas da administração previdencial e dos investimentos, sendo as sobras ou insuficiências administrativas alocadas ou revertidas ao Fundo Administrativo. O saldo do Fundo Administrativo é segregado por plano de benefício previdencial, não caracterizando obrigações ou direitos ao patrocinadores, participantes e assistidos dos planos.

As fontes de custeio da Gestão Administrativa obedecem às determinações contidas no Regulamento do PGA, aprovado pelo Conselho Deliberativo da PREVEME, e estão em conformidade com a Resolução CGPC nº 29, datada de 31 de agosto de 2009.

(i) Balanço Patrimonial

Com base no princípio da comparabilidade e em consonância com o que determina a Instrução MPS/PREVIC nº 5, de 8 de setembro de 2011, a Diretoria colegiada da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, altera a Planificação Contábil Padrão substituindo a Rubrica Gestão Previdencial e Administrativa de (-)Depósito Judiciais/Recursais e passa a registrar os depósitos judiciais relativos às contingências da Gestão Previdencial e Administrativa no Ativo.

(j) Demonstração da Mutação do Patrimônio Social

Conforme a Resolu o CNPC n  8, de 31 de Outubro de 2011, alterou a apresenta o da demonstra o da muta o do ativo líquido (consolidado), que deixou de existir e foi substituído pela demonstra o da muta o do patrimônio social (consolidado), porém fica mantido, por exigência da própria Resolu o a apresenta o da demonstra o da muta o do ativo líquido individual por plano de benefício e em consonância com o que determina o princípio da comparabilidade as informaçoes do exercício de 2010 foram alteradas.

(k) Demonstr o do Ativo Líquido por Plano de Benefício

Com base no princípio da comparabilidade e em consonância com o que determina a CNPC n  8, de 31 de Outubro de 2011 as informaçoes do exercício de 2010 foram alteradas.

4. Disponível

Registra as disponibilidades existentes em bancos, reconhecidas por seus valores em moeda nacional.

	2013	2012
Disponível	370	63
Bancos Conta Movimento	370	63
Santander	7	10
BNY Mellon - Bradesco	363	53

5. Realizável da Gestão Previdencial

É composto pelos seguintes grupos de contas, cujos saldos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 são apresentados a seguir:

	2013	2012
Gestão Previdencial	20	19
Depósitos Judiciais	19	19
Outros Realizáveis	1	-

6. Realizável da Gestão Administrativa

A composição dos realizáveis da Gestão Administrativa em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 é a seguinte:

	2013	2012
Gestão Administrativa	46	65
Cobertura para despesas administrativas	42	62
Créditos Receita Federal	3	3
Despesas Antecipadas	1	-

7. Realizável dos Investimentos

É composto pelos seguintes grupos de contas, cujos saldos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 são apresentados a seguir:

	2013	2012
Investimentos	<u>476.015</u>	<u>548.958</u>
Ações	-	42
Companhias abertas	-	42
Titulos Públicos	<u>82.527</u>	-
Notas do Tesouro Nacional	<u>82.527</u>	-
Notas do Tesouro Nacional - B	82.527	-
Créditos Privados e Depósitos	<u>5.291</u>	-
Debêntures	<u>5.291</u>	-
Concessionárias Rodovias Tietê S/A	5.291	-
Fundos de Investimentos	<u>381.907</u>	<u>548.547</u>
Curto Prazo	-	1
BNY Mellon ARX Cash	-	1
Renda Fixa	<u>205.724</u>	<u>110.042</u>
Flamingo fundo de invest. multimercado (exclusivo) (1)	68.679	84.232
Pelicano fundo de invest. Renda fixa previdenciário (exclusivo) (2)	51.367	-
Beija flor fundo de invest. Renda fixa previdenciário (exclusivo)	36.370	-
Harpia crédito privado fundo de invest. Renda fixa (exclusivo) (3)	49.308	25.810

	2013	2012
Ações	<u>147.342</u>	<u>98.006</u>
Tucano fundo de invest. De ações previdenciário (exclusivo) (4)	123.500	95.347
Quest SmallCaps FIC	-	2.659
BNY AS Expertise II FIA	9.038	
BNY BTG Pactual Insti Divid. FIC FIA	4.966	
BNY Quest Small Caps FIC	9.838	
Multimercado	-	<u>315.962</u>
Pelicano fundo de invest. Renda fixa previdenciário (exclusivo)	-	153.184
Beija Flor fundo de invest. Renda fixa previdenciário (exclusivo)	-	162.778
Participações	<u>4.835</u>	<u>916</u>
Patria special opportunity FIQ FIP	3.264	916
BTG Infra II FIC FIP	1.571	-
Imobiliário	<u>24.005</u>	<u>23.620</u>
BTG Pactual Corporate Office Fund	6.084	7.050
Fundo Invest. Imobil. Rio Bravo Renda Corporativa	2.438	3.125
GPA FIRF Créd. Privado Imobiliário	10.858	7.760
Fundo de Invest. Imobil. Agência Caixa FII.	4.625	5.685
Depósitos Judiciais / Recursais	<u>6.290</u>	<u>369</u>
Imposto de renda	6.290	369

(1) O Fundo multimercado Flamingo tem como cotistas a PREVEVE e a PREVEVE II e em 31 de dezembro de 2013, a PREVEVE possui 65,9% do total de cotas do Fundo e a carteira de investimento era composta basicamente por títulos públicos federais NTN-B.

(2) O Fundo de investimento em renda fixa Pelicano tem como cotistas a PREVEVE e a PREVEVE II e em 31 de dezembro de 2013, a PREVEVE possui 77,6% do total de cotas do Fundo e a carteira de investimento era composta basicamente por títulos públicos federais NTN-B.

(3) O Fundo de investimento em renda fixa Harpia tem como cotistas a PREVEVE e a PREVEVE II e em 31 de dezembro de 2013, a PREVEVE possui 82,8% do total de cotas do Fundo e a carteira de investimento era composta basicamente por certificados de recebíveis imobiliários CRI, Debêntures e Fundos.

(4) O Fundo de investimentos de ações previdenciários Tucano tem como cotistas a PREVEVE e a PREVEVE II e em 31 de dezembro de 2013, a PREVEVE possui 84,7% do total de cotas do Fundo e a carteira de investimento era composta basicamente por títulos ações de renda variável.

O fundo exclusivo Beija-flor em 31 de dezembro de 2013 e 2012 está assim demonstrado:

	2013				2012			
	Sem vencimento	Até 360 dias	Acima de 360 dias	Valor Contábil	Sem vencimento	Até 360 dias	Acima de 360 dias	Valor Contábil
Renda Fixa	-	-	36.373	36.373	-	136	112.983	113.119
Títulos Públicos	-	-	33.534	33.534	-	-	97.515	97.515
Tesouro Nacional								
Beija Flor FIRF Prev	-	-	33.029	33.029	-	-	97.515	97.515
Operações Compromissadas								
Beija Flor FIRF Prev	-	-	505	505	-	-	-	-
Títulos Privados	-	-	2.839	2.839	-	136	15.468	15.604
Debêntures								
Beija Flor FIRF Prev	-	-	1.650	1.650	-	136	7.228	7.364
Letras Financeiras								
Beija Flor FIRF Prev	-	-	1.190	1.190	-	-	8.240	8.240
Renda Variável	-	-	-	-	49.347	-	-	49.347
Beija Flor FIRF Prev	-	-	-	-	49.347	-	-	49.347
Contas a pagar/receber e	(3)	-	-	(3)	312	-	-	312
Total*	(3)	-	36.373	36.370	49.659	136	112.983	162.778

* Os valores do fundo Beija-Flor em 31 de dezembro de 2012 tinham como cotistas a PREVEME e a PREVEME II e foram rateados pelo valor do patrimônio do fundo na entidade.

A Entidade possui depósito judicial do montante de R\$ 6.290 (R\$ 369 em 2012) referente ao não recolhimento de imposto de renda incidente sobre os rendimentos provenientes das aplicações financeiras de renda fixa e variável.

A Entidade questiona a exigibilidade do imposto de renda incidente sobre os rendimentos provenientes das aplicações financeiras de renda fixa e variável, por considerar que estas receitas não são passíveis de tributação à luz da imunidade tributária prevista no artigo 150 da Constituição Federal de 1988 e com base no parecer de seus consultores jurídicos, no resultado favorável obtido pela Entidade junto ao Conselho de Contribuintes para os exercícios de 1994 a 1997. Adicionalmente, com o advento da lei nº 11.053 de 29 de dezembro de 2004, desde 1º de janeiro de 2005, as entidades estão dispensadas do recolhimento do imposto de renda sobre os rendimentos financeiros dos recursos das provisões matemáticas, reservas técnicas e fundos dos planos de benefícios de EFPC, incluindo, por meio da lei 11.196 de 21 de novembro de 2005, o rendimento financeiro do fundo administrativo e assistencial. A referida lei também revogou a Medida Provisória nº 2.222 de 4 de setembro de 2001, que tratava da tributação do imposto de renda sobre as aplicações financeiras dos Planos de Benefícios de caráter previdenciário.

8. Exigível Operacional

Os compromissos do Exigível Operacional em 31 de dezembro de 2013 e 2012 são assim demonstrados:

	2013	2012
Exigível Operacional	<u>541</u>	<u>505</u>
Gestão Previdencial	<u>436</u>	<u>370</u>
Benefícios a Pagar	2	-
Retenções a Recolher	434	368
Imposto de Renda	429	358
Seguro de Vida	5	10
Outras Exigibilidades	-	2
Gestão Administrativa	<u>45</u>	<u>65</u>
Contas a Pagar	41	62
Reembolso de Despesas Administrativas	23	46
Serviços de Terceiros	18	16
Consultoria	18	16
Retenções a Recolher	3	3
Outras Exigibilidades	1	-
Investimentos	<u>60</u>	<u>70</u>
Relacionado com o Disponível	12	3
Outras Exigibilidades	48	67
Cobertura Desp. Administrativas	42	-
Credores Diversos	6	-

9. Exigível Contingencial

A composição do exigível contingencial em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 são as seguintes:

	2013	2012
Exigível Contingencial	661	788
Investimentos	661	788
Provisão	661	788
Imposto de Renda (1)	369	369
IOF (2)	-	419
Benefícios (3)	292	-

(1) Detalhamento da informação encontra-se na nota 6.

(2) Em 31 de dezembro de 2012, há uma provisão de não recolhimento Imposto sobre Operações Financeiras – IOF na ordem de R\$419 (2011 – R\$ 419), relativa as transações financeiras da Entidade no exercício de 1995.

(3) Em 01 de fevereiro de 2013, há uma provisão de contingencial de R\$ 218, referente a processo de revisão de benefícios em nome de Sibeles de Moraes Rodolfo Lima. Este valor é atualizado mensalmente a 1% ao mês, juros simples.

10. Patrimônio Social

(a) Provisões Matemáticas

As provisões matemáticas foram determinadas em bases atuariais, segundo cálculos efetuados pela Towers Watson, contratada pela PREVEEME, e representam os compromissos acumulados no encerramento do exercício, oriundos de benefícios concedidos e a conceder a participantes, assistidos e seus beneficiários.

RELATÓRIO ANUAL 2013 • 2014

As reservas matemáticas em 2013 e 2012 são compostas da seguinte forma, segregadas por plano de benefícios previdenciais:

	1º Janeiro de 2013	Constituição / Reversão	31 dezembro de 2013
Patrimônio Social	547.812	(72.563)	475.249
Patrimônio de Cobertura do Plano	547.812	(72.563)	475.249
Provisões Matemáticas	534.347	41.156	575.503
Benefícios Concedidos	274.336	45.238	319.574
Contribuição Definida	1.093	266	1.359
Benefício definido estruturado em regime de capitalização	273.243	44.972	318.215
Valor atual dos benefícios futuros programados - Assistidos	242.226	43.338	285.564
Valor atual dos benefícios futuros não programados - Assistidos	31.017	1.634	32.651
Benefícios a Conceder	260.011	(4.082)	255.929
Benefício definido estruturado em regime de capitalização	251.932	(4.269)	247.663
Valor atual dos benefícios programados	251.932	(4.269)	247.663
Benefício definido estruturado em regime de capitalização não programados	8.079	187	8.266
Valor atual dos benefícios futuros não programados	8.079	187	8.266
Equilíbrio Técnico	13.465	(113.719)	(100.254)
Resultado Realizados	13.465	(113.719)	(100.254)
Superávit Técnico Acumulado	13.465	(13.465)	-
Reserva de Contingência	13.465	(13.465)	-
(-) Déficit Técnico Acumulado	-	(100.254)	(100.254)

(b) Equilíbrio Técnico

O déficit apurado em 31 de dezembro de 2013 se deve principalmente as oscilações desfavoráveis do patrimônio da entidade no exercício.

(c) Hipóteses e métodos

As principais hipóteses econômicas, financeiras e demográficas utilizadas para apuração das Provisões Matemáticas foram:

	2013	2012
Taxa real anual de juros	5,5% ao ano	5,5% ao ano
Projeção de crescimento real de salário	Não aplicável	Não aplicável
Projeção de crescimento real de salário de benefício do INSS	0,0% ao ano	0,0% ao ano
Projeção de crescimento real dos benefícios do plano	0,0% ao ano	0,0% ao ano
Fator de determinação do valor real ao longo do tempo (salários)		100%
Fator de determinação do valor real ao longo do tempo (benefícios)	98%	98%
Hipótesesobrerotatividade	225%	225%
Tábua de mortalidadegeral	AT – 2000	AT – 2000
Tábua de mortalidade de inválidos	RRB – 1983	RRB – 1983
Tábua de entrada em invalidez	RRB – 1944	RRB – 1944

11. Critério de rateio

As despesas administrativas do Plano de Benefícios da Entidade serão custeadas integralmente pelo plano, por se tratar de despesas específicas. As despesas poderão ser distribuídas entre a gestão administrativa e do fluxo dos investimentos, por meio de critério de rateio elaborado pelos consultores previdenciários JCMB – Advogados e Consultores, o qual será detalhado no orçamento anual e definido pela Diretoria Executiva.

12. Recolhimento de tributos

• Imposto de Renda

A Lei nº 11.053, de 29 de dezembro de 2004, criou um novo regime de tributação, facultando aos participantes de planos de EFPC estruturados na modalidade de contribuição definida ou contribuição variável, optarem para que os valores que lhes sejam pagos a título de resgate ou benefícios de renda, sejam tributados no imposto de renda na fonte:

- i. por uma nova tabela regressiva, que varia entre 35% a 10%, dependendo do prazo de acumulação dos recursos do participante no plano de benefícios, ou
- ii. por permanecerem no regime tributário atual, que utiliza a tabela progressiva do imposto de renda na fonte para as pessoas físicas.

Além disso, a Lei nº 11.053/04 revogou a MP nº 2.222 de 4 de setembro de 2001, dispensando a partir de 1º de janeiro de 2005 a retenção na fonte e o pagamento em separado do imposto de renda sobre os rendimentos e ganhos auferidos nas aplicações de recursos das entidades fechadas de previdência complementar.

13. Outras informações

Instrução PREVIC nº 6, de 13 de novembro de 2013

Dispõe sobre a inclusão de contas previstas pela PREVIC na planificação contábil padrão. A aplicabilidade inicia-se em 01 de janeiro de 2014 e a Entidade fará o uso destas novas contas contábeis conforme necessidade do gerenciamento contábil.

Instrução PREVIC nº 7, de 12 de dezembro de 2013

Elaborar, aprovar e atestar estudo Técnico de aderência, bem como adaptar tal previsão no estatuto da EFPC.

A Entidade segue os procedimentos estabelecidos pela Instrução na realização dos estudos técnicos em sua avaliação atuarial.

2. Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

O Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis é o documento no qual os auditores independentes expressam a opinião sobre as demonstrações contábeis referentes ao exercício de 2013. A auditoria deve ser conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

De acordo com o Relatório, as demonstrações contábeis apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira em 31 de dezembro de 2013 e o desempenho de suas operações, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC.

O Relatório apresenta ainda, parágrafo de ênfase que conforme descrito na Nota Explicativa nº 10 b., o Plano de Benefício PREVEME apresentou déficit técnico no exercício decorrente de oscilações desfavoráveis dos ativos financeiros.

Os dirigentes da Entidade estão acompanhando a evolução do Déficit apresentado e apresentarão um plano de equacionamento até o final de 2014, conforme previsto na Resolução CNPC nº 13 de 04 de novembro de 2013.

SEGUE, A SEGUIR, REPRODUÇÃO DO RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS:



Building a better
working world

Condomínio São Luiz
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1830
Torre 1 - 8º Andar - Itaim Bibi
04543-900 - São Paulo-SP - Brasil
Tel: (5511) 2573-3000
ey.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Aos

**Diretores, Participantes e Patrocinadores da
Sociedade Previdenciária 3M - PREVEME**

Examinamos as demonstrações contábeis da Sociedade Previdenciária 3M - PREVEME ("Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações da mutação do patrimônio social, da mutação do ativo líquido, do ativo líquido, do plano de gestão administrativa e das provisões técnicas do plano de benefícios para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Building a better
working world

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Sociedade Previdenciária 3M - PREVEME em 31 de dezembro de 2013 e o desempenho de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPIC).

Ênfase

Déficit técnico

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 10 b), o Plano de Benefício PREVEME apresentou déficit técnico no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 decorrente de oscilações desfavoráveis dos ativos financeiros. A Entidade pretende equacionar o déficit ao longo de 2014, em conformidade ao previsto na Resolução CNPC 13 de 04 de novembro de 2013, em seu artigo 1 inciso I. Nossa opinião não está ressalvada por esse assunto.

São Paulo, 20 de fevereiro de 2014.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6

Patrícia di Paula da Silva Paz
Contadora CRC-1SP198827/O-3

Em 28 de fevereiro de 2014, o Conselho Deliberativo e o Conselho Fiscal aprovaram as Demonstrações Contábeis sem ressalvas.

Despesas

Serão apresentadas a seguir informações referentes às despesas realizadas pelo Plano de Gestão Administrativa administrado pela PREVEVE:

1. Despesas com Carteira de Investimentos

Despesas com Fundos Exclusivos	2013
Auditoria	46.862,82
Cartório	6.077,64
CETIP	82.631,54
Correios	614,59
Corretagem de Ações	217.004,24
Corretagens, Emolumentos e Registro BM&F	117.813,67
Custódia	78.238,65
CVM	86.002,83
Despesa Bancária	6.280,02
Despesas Gráficas	35,16
Despesas Jurídicas	1.277,18
IOF	4.021,67
Outras Despesas	100,14
Pagamento de CBLC	4.673,33
Performance	477.365,17
SELIC	9.574,88
Taxa ANBID	11.139,23
Taxa de Administração	1.794.268,66
Taxa de Liq. Doador	(1.051,00)
Taxa de Permanência de Futuros	2.187,36
Total	2.945.117,76

Despesas com Carteira Própria	2013
Custódia	12.114,30
Cartório	123,42
CETIP	20.137,20
Despesa Bancária	259,08
IOF	4.944,21
Pagamento de CBLC	805,35
SELIC	1.015,44
Taxa de Administração	48.116,12
Total	87.515,12

Outras Despesas	2013
Consultoria dos Investimentos	36.000,00
Consultoria Jurídica	106.521,13
Reembolso de Serviços Jurídicos	3.947,95
Despesas Bancárias	369,29
Treinamentos/Congressos/Seminários	6.080,00
Total	152.918,37

2. Despesas com Pessoal

Em 2013 o Plano de Gestão Administrativa da PREVEME efetuou o pagamento de R\$ 289.298,41 com despesas de pessoal referente ao rateio das despesas com a folha de pagamento dos funcionários cedidos pela Sociedade Previdenciária 3M – PREVEME II em função do esforço laboral dos funcionários ser demandado para trabalhos com esta entidade.

3. Despesas com Prestadores de Serviços

	Prestador	2013
Previdencial		
Consultoria Atuarial	Towers Watson	125.715,58
Consultoria Contábil	JCMB Consultores	201.911,84
Consultoria Jurídica	JCMB Advogados	45.518,48
	Francavilla Advogados	9.490,77
Auditoria Contábil	Ernst & Young	43.296,03
Investimentos		
Consultoria dos Investimentos	PPS	36.000,00
Consultoria Jurídica	Pinheiro Neto Advogados	106.521,13
Total		568.453,83

4. Despesas Diversas

Em 2013 o Plano de Gestão Administrativa administrado pela PREVEME efetuou o pagamento de R\$ 117.515,61 com despesas diversas, correspondentes a 10,88% das despesas totais do Plano.

	2013
Assinaturas	215,76
Certificação	3.360,00
Correios	26.914,39
Desp. Jurídicas	674,26
Despesas Cartorárias	3.756,29
Entidades de Classe	17.015,04
Evento	10.991,94
Material e Serviços	1.378,00
Multas e Juros	1.209,93
Táfic	52.000,00
Total	117.515,61

INVESTIMENTOS: POLÍTICA E DEMONSTRATIVOS

Serão apresentadas a seguir informações referentes aos investimentos do Plano de Benefícios administrado pela PREVEME:

1. Política de Investimentos

Serão apresentadas a seguir informações referentes à Política de Investimentos do Plano de Benefícios administrado pela PREVEME encaminhadas para a Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC:

Informações da Entidade

Código: 1746

Sigla: PREVEME

Exercício: 2014

Plano de Benefícios: 1982003065 - PLANO DE BENEFÍCIOS DA PREVEME

Taxa de Mínima Atuarial / Índice de Referência

Período de Referência

Indexador

Taxa de Juros

01/2014 a 12/2014

IPCA

5,50

Documentação / Responsáveis

Documentação

Nº da alta: 0

Data: 20/12/2013

Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado

Período	Segmento	Nome	CPF	Cargo
01/01/2014 a 31/12/2014	Plano	Gustavo Bicudo e Ceccato	172.037.978-56	Diretor Financeiro

Controle de Risco

Risco de Mercado

Risco de Liquidez

Risco de Contraparte

Risco Legal

Risco Operacional

Outros

Realiza o apreamento de ativos financeiros: Sim

Dispõe de manual: Sim

Possui modelo proprietário de risco: Não

Dispõe de Manual: Não

Realiza Estudos de ALM: Sim

Observação: O apreamento de ativos é realizado pelo administrador fiduciário BNY Melon.

Alocação dos Recursos

Período de Referência: 01/2014 a 12/2014

Segmento	Mínimo%	Máximo%	Alvo %
Renda Fixa	45,00	85,00	65,00
Renda Variável	15,00	35,00	25,00
Investimentos Estruturados	0,00	20,00	10,00

A EFPC observa os princípios de responsabilidade socioambiental? Não

Utiliza derivativos? Sim

Avaliação prévia dos riscos envolvidos? Sim

Existência de sistemas de controles internos? Sim

Observação: O sistema de controles internos é de responsabilidade do administrador fiduciário BNY Melon contratado pela entidade.

Perfis de Investimento

O plano possui perfis de investimento? Não

Alocação por Emissor

Emissor	Mínimo%	Máximo%	Não Aplica
Tesouro Nacional	0,00	100,00	
Instituição Financeira	0,00	20,00	
Tesouro Estadual ou Municipal	0,00	10,00	
Companhia Aberta com Registro na CVM	0,00	10,00	
Organismo Multilateral	0,00	10,00	
Companhia Securitizadora	0,00	10,00	
Patrocinador do Plano de Benefício	0,00	10,00	
FIDC/FICFIDC	0,00	10,00	
Fundos de Índice Referenciado em Cesta de Ações de Cia Aberta	0,00	10,00	
Sociedade de Propósito Específico - SPE	0,00	10,00	
FI/FICFI Classificados no Segmento de Investimentos Estruturados	0,00	10,00	

Concentração por Emissor

Emissor	Mínimo%	Máximo%	Não Aplica
% Do capital votante de uma mesma CIA aberta	0,00	25,00	
% Do capital total de uma mesma CIA aberta ou de uma SPE	0,00	25,00	
% Do PL de uma mesma instituição financeira	0,00	25,00	
% Do PL de fundo de índice referenciado em cesta de ações de CIA aberta	0,00	25,00	
% Do PL de fundo de investimento classificado no segmento de investimentos estruturados	0,00	25,00	
% Do PL de fundo de investimento classificados no segmento de investimentos no exterior	0,00	25,00	
% Do PL de fundos de índice no exterior negociados em bolsa de valores no Brasil	0,00	25,00	
% Do patrimônio separado de certificados de recebíveis com regime fiduciário	0,00	25,00	

Concentração por Investimento

Emissor	Mínimo%	Máximo%	Não Aplica
% De uma série de títulos ou valores mobiliários	0,00	25,00	
% De uma mesma classe ou série de cotas de FIDC	0,00	25,00	
% De um mesmo empreendimento imobiliário	0,00	25,00	

Rentabilidade (%)

Plano/ Segmento	2012	1º Semestre 2013	2014	Não Aplica
Plano	18,28	-8,98	11,00	
Renda Fixa	19,82	-9,89	0,00	
Renda Variável	14,11	-5,50	0,00	
Investimentos Estruturados	32,92	-2,32	0,00	
Investimentos no Exterior				x
Imóveis				x
Operações com Participantes				x

2. Relatório Resumo das Informações sobre o Demonstrativo de Investimentos

Relatório Resumo do Demonstrativo de Investimentos Mês de Referência: 12/2013

Entidade: 1746 - PREVEME

Plano de Benefícios: 1982003065 - Plano de Benefícios da PREVEME

Data da Geração: 13/02/2014 11:01:31

Serão apresentadas a seguir informações referentes ao Relatório Resumo das Informações sobre o Demonstrativo de Investimentos encaminhadas para a Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC:

Consolidação Contábil	Valor em R\$
Total Demonstrativo de Investimentos	475.957.124,25
Total Recursos do Plano (Fonte: balancete)	475.957.124,25
Diferença	0,00
Demonstrativo de Investimentos - Carteira Própria - Total	94.050.050,64
Depósitos	370.588,87
Títulos Públicos	82.527.182,29
Títulos Privados	5.291.433,62
Ações	0,00
Operações Compromissadas	0,00
Participações em SPE	0,00
Derivativos Opções	0,00
Derivativos Termos	0,00
Derivativos Futuros	0,00
Derivativos Swaps	0,00
Empréstimos / Financiamentos	0,00
Carteira Imobiliária	0,00
Valores a Pagar / Receber	5.860.845,86
Exigível Contingencial / Investimentos	0,00
Demonstrativo de Investimentos - Fundos (1º Nível) - Total	381.907.073,59
16.985.581/0001-06	68.679.319,57
17.041.023/0001-47	49.307.822,67
11.520.036/0001-12	123.499.869,12
11.392.165/0001-72	9.837.678,31
09.087.409/0001-61	51.367.223,91
11.769.329/0001-38	36.369.847,79
13.328.452/0001-49	3.264.128,52
08.924.783/0001-01	6.084.151,75
03.683.056/0001-86	2.437.500,00
15.862.639/0001-53	10.858.439,43
15.576.907/0001-70	4.625.000,00
14.584.094/0001-06	1.571.436,71
09.290.813/0001-38	4.966.541,29
16.892.122/0001-70	9.038.114,43

3. Total dos Investimentos

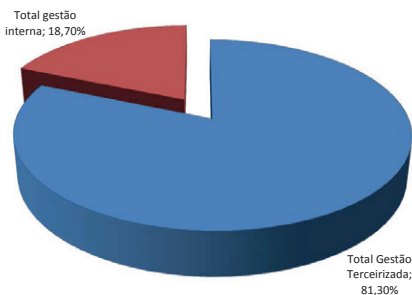
Investimentos	Gestores	Total da Entidade	%	Total do Plano de Benefícios	%
Renda fixa		304.401.269,31	64,80%	304.401.269,31	64,80%
Beija-Flor	BNP	36.369.847,80	7,74%	36.369.847,80	7,74%
FIRF CP Imob	GAP	10.858.439,44	2,31%	10.858.439,44	2,31%
Flamingo	Franklin	68.679.319,58	14,62%	68.679.319,58	14,62%
Harpia	Capitania	49.307.822,68	10,50%	49.307.822,68	10,50%
Pelicano	Western	51.367.223,92	10,94%	51.367.223,92	10,94%
Títulos Públicos					
NTN-B	Própria	82.527.182,26	17,57%	82.527.182,26	17,57%
Títulos Privados - Deb	Própria	5.291.433,63	1,13%	5.291.433,63	1,13%
Renda Variável		147.342.203,19	31,37%	147.342.203,19	31,37%
Dividendos	BTG Pactual	4.966.541,30	1,06%	4.966.541,30	1,06%
Expertise	Sul America	9.038.114,44	1,92%	9.038.114,44	1,92%
Small Caps FIC	Quest	9.837.678,32	2,09%	9.837.678,32	2,09%
Tucano	Franklin	123.499.869,13	26,29%	123.499.869,13	26,29%
Investimentos Estruturados		17.982.216,99	3,83%	17.982.216,99	3,83%
Corporate					
Office Fund	BTG Pactual	6.084.151,75	1,30%	6.084.151,75	1,30%
FII Ag Cx	Rio Bravo	4.625.000,00	0,98%	4.625.000,00	0,98%
FII F Centerci	Rio Bravo	2.437.500,00	0,52%	2.437.500,00	0,52%
Infra II FIC FIP	BTG Pactual	1.571.436,71	0,33%	1.571.436,71	0,33%
Sp Op FIQ FIP	Patria	3.264.128,53	0,69%	3.264.128,53	0,69%
Total		469.725.689,49	100,00%	469.725.689,49	100,00%

4. Gestão Terceirizada

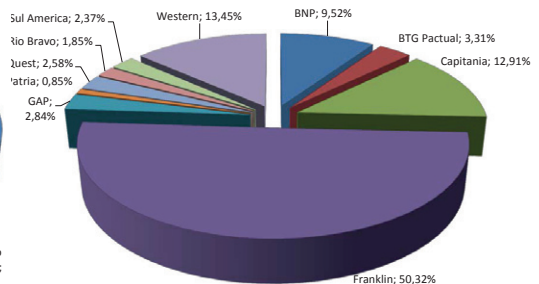
A gestão terceirizada dos investimentos representa 81% do total dos recursos garantidores do Plano de Benefícios.

Gestores	Total por gestor	% Em relação ao total de gestão terceirizada	% Em relação ao total dos investimentos
BNP	36.369.847,80	9,52%	7,74%
BTG Pactual	12.622.129,76	3,31%	2,69%
Capitania	49.307.822,68	12,91%	10,50%
Franklin	192.179.188,71	50,32%	40,91%
GAP	10.858.439,44	2,84%	2,31%
Patria	3.264.128,53	0,85%	0,69%
Quest	9.837.678,32	2,58%	2,09%
Rio Bravo	7.062.500,00	1,85%	1,50%
Sul America	9.038.114,44	2,37%	1,92%
Western	51.367.223,92	13,45%	10,94%
Total Gestão Terceirizada	381.907.073,60	100,00%	81,30%
Interna	87.818.615,89		18,70%
Total gestão interna	87.818.615,89		18,70%
Total dos investimentos	469.725.689,49		100,00%

Gestão de Investimentos



Gestão Terceirizada



5. Rentabilidade do Plano de Benefícios

Investimentos	Rentabilidade Bruta		Rentabilidade Líquida	
	2013		2013	
Renda Fixa	-9,95%		-10,39%	
Renda Variável	-2,48%		-3,69%	
Estruturados	10,17%		9,98%	
Total			-8,97%	

Benchmark	
Renda Fixa (100% IMA-B5+)	-17,07%
Renda Variável (100% IBrX)	-4,92%
Estruturados (100% IPCA + 5,5% a.a.)	11,74%
Global ((65% IMA-B5+) + (25% do IBrX) + (10% IPCA+5,5% a.a.))	13,70%
Meta Atuarial (100% IPCA + 5,5% a.a.)	11,74%

SITUAÇÃO ATUARIAL DO PLANO DE BENEFÍCIOS

Serão apresentadas a seguir informações referentes à situação atuarial do Plano de Benefícios administrado pela PREVEME:

1. Parecer Atuarial

Para fins da avaliação atuarial referente ao exercício de 2013 do Plano de Benefícios da Sociedade Previdenciária 3M – PREVEME, foi utilizado o cadastro de dados individuais fornecido pela entidade posicionado em 30/09/2013.

As empresas patrocinadoras do Plano de Benefícios são: Sociedade Previdenciária 3M – PREVEME, 3M do Brasil Ltda. e 3M Manaus Indústria de Produtos Químicos Ltda..

Os resultados da avaliação atuarial estão posicionados em 31/12/2013.

Após a análise detalhada desses dados e correções feitas pela entidade e por suas patrocinadoras, verificou-se que os mesmos estavam suficientemente completos, não havendo necessidade de qualquer ajuste para realização da avaliação atuarial.

A responsabilidade sobre a veracidade e completude das informações prestadas é inteiramente das patrocinadoras, do administrador do plano e de seus representantes legais, não cabendo ao atuário qualquer responsabilidade sobre as informações prestadas.

As patrocinadoras são solidárias entre si no que concerne às obrigações referentes à cobertura de benefícios oferecidos pela Sociedade Previdenciária 3M – PREVEME aos participantes e respectivos beneficiários do Plano de Benefícios.

A avaliação atuarial a qual se refere este parecer reflete o regulamento vigente aprovado pela Portaria nº 425, de 08/06/2010.

O Plano de Benefícios da PREVEME encontra-se em extinção desde 01/07/2010.

I – Estatísticas

Benefícios a Conceder	30/09/2013
Participantes ativos	
Número	2.723
Idade média (em anos)	40,32
Tempo de serviço médio (em anos)	14,63
Participantes em aguardo de benefício proporcional ¹	
Número	1.013

¹ Inclui os participantes considerados como benefício proporcional diferido presumido

Benefícios Concedidos	30/09/2013
Número de aposentados válidos	183
Idade média (em anos)	68,59
Valor médio do benefício (R\$)	7.076,58
Número de aposentados inválidos	1
Idade média (em anos)	69,08
Valor médio do benefício (R\$)	417,09
Número de benefícios proporcionais diferidos recebendo	213
Idade média (em anos)	64,06
Valor médio do benefício (R\$)	2.332,51
Número de pensionistas (grupos familiares)	83
Idade média (em anos)	68,55
Valor médio do benefício (R\$)	2.842,60

II – Hipóteses e Métodos Atuariais

O conjunto de hipóteses e métodos atuariais adotados nos cálculos atuariais resultou de um processo de interação entre a Towers Watson e a Sociedade Previdenciária 3M – PREVEME e contam com o aval das patrocinadoras do Plano de Benefícios conforme determina a Resolução CGPC nº 18/2006, alterada pela Resolução MPS/CNPC nº 09, de 29/11/2012.

Para a apuração das provisões matemáticas e custos foram utilizadas as seguintes hipóteses e métodos atuariais:

Hipóteses Econômicas e Financeiras	2013	2012
Taxa real anual de juros	5,5%	5,5%
Projeção do crescimento real de salário	Não Aplicável	Não Aplicável
Projeção do crescimento real dos benefícios do plano	0,0%	0,0%
Fator de determinação do valor real ao longo do tempo		
• Benefícios do plano	98%	98%

Hipóteses Biométricas e Demográficas	2013	2012
Tábua de Mortalidade Geral	AT – 20001	AT – 20001
Tábua de Mortalidade de Inválidos	RRB – 1983	RRB – 1983
Tábua de Entrada de Invalidez	RRB – 1944 modificada (desagravada em 50%)	RRB – 1944 modificada (desagravada em 50%)
Tábua de Rotatividade ²	Experiência Towers Watson agravada em 3,25 vezes	Experiência Towers Watson agravada em 3,25 vezes

¹ Segregada por sexo, constituída com base na tábua AT-2000 Basic desagravada em 10%.

² Baseada na Idade do participante.

Outras hipóteses	2013	2012
Probabilidade de aposentadoria	10% aos 55 anos, 5% entre 56 e 59 anos 50% aos 60 anos, 10% entre 61 e 64 anos e 100% aos 65 anos	10% aos 55 anos, 5% entre 56 e 59 anos 50% aos 60 anos, 10% entre 61 e 64 anos e 100% aos 65 anos
Composição familiar		
• Benefícios concedidos		
• Aposentados	Cônjuge informado	Cônjuge informado
• Pensionistas	Composição informada	Composição informada
• Benefícios a conceder		
• Cônjuge	Mulher 4 anos mais jovem que o homem	Mulher 4 anos mais jovem que o homem
• Probabilidade de casados na aposentadoria	90%	90%
• Filhos	2 filhos cujo tempo que falta para atingirem a maioridade é igual a (55 – idade do participante) / 2	2 filhos cujo tempo que falta para atingirem a maioridade é igual a (55 – idade do participante) / 2

Foi realizado em 2013 um estudo de aderência das hipóteses atuariais para atender os dispositivos previstos nas bases técnicas da Resolução CGPC nº 18, de 28/03/2006, alterada pela Resolução MPS/CNPC nº 09, de 29/11/2012. Nessa ocasião foram analisadas as hipóteses biométricas e demográficas.

Taxa real anual de juros

A taxa real anual de juro, utilizada para trazer a valor presente os pagamentos dos benefícios definidos, conforme determina a Resolução MPS/CNPC nº 9, de 29 de novembro de 2012, deve ser justificada pela entidade fechada de previdência complementar com base em estudos técnicos que comprovem a aderência das hipóteses de rentabilidade dos investimentos ao plano de custeio e ao fluxo futuro de receitas de contribuições e de pagamento de benefícios.

A Towers Watson foi contratada pela PREVEME para calcular a taxa interna de retorno dos fluxos futuros de pagamento de benefícios líquido de receitas de contribuições do Plano de Benefícios da PREVEME, com base na expectativa de rentabilidade, fornecida pelo AETQ da PREVEME, e no fluxo de pagamento dos benefícios visando atender ao item 4.1 da Resolução supracitada.

Com base no fluxo futuro de pagamento de benefícios líquido das receitas de contribuições do Plano de Benefícios da PREVEME apurado considerando as hipóteses econômicas, financeiras, biométricas e demográficas e os métodos atuariais descritos no Parecer Atuarial de fechamento do exercício de 2012 em atendimento à PREVIC e na projeção de retorno real composto anualizado dos ativos do plano verificou-se que a taxa interna de retorno do Plano de Benefícios é igual a 5,55% a.a.

Sendo assim, em nossa opinião, a taxa máxima de juro a ser utilizada para o Plano de Benefícios na avaliação atuarial regular do exercício de 2013 em atendimento à PREVIC é igual a 5,55%. Essa taxa também atende ao limite máximo estabelecido no item 4 da Resolução CNPC nº 9/2012 para o exercício de 2013 (5,75% a.a. ou sua equivalência mensal).

O estudo acima foi apreciado pelo Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado (AETQ) e aprovado pela Diretoria Executiva e pelo Conselho Deliberativo da PREVEME.

As patrocinadoras optaram contudo, pelo princípio do conservadorismo, pela manutenção da taxa de juro utilizada em 2012 de 5,50% a.a.

Projeção do crescimento real de salário

Por se tratar de um plano cujo benefício foi saldado, a hipótese de crescimento real de salários não foi utilizada.

Fator de determinação do valor real ao longo do tempo

Fator aplicado sobre os benefícios, a fim de determinar um valor médio e constante, em termos reais, durante o período de um ano. Este fator é calculado em função do nível de inflação estimado e do número de reajustes, dos benefícios, que ocorrerá durante o período de 12 meses.

A adoção de um fator de 98% reflete a expectativa de uma inflação anual das patrocinadoras de aproximadamente 4%.

Hipóteses Biométricas e Demográficas

As tábuas biométricas e demográficas são instrumentos que permitem medir as probabilidades de ocorrências de eventos, como morte, invalidez e desligamento de uma população em função da idade e do sexo.

Essas tábuas são selecionadas dentre um conjunto de tábuas geralmente aceitas no Brasil para a avaliação dos compromissos com benefícios de longo prazo.

Objetivando identificar as tábuas biométricas e demográficas que melhor se ajustem aos perfis de morte, invalidez e rotatividade da massa de participantes do plano, foram realizados estudos de aderência de hipóteses.

Os resultados desses estudos de aderência de hipóteses realizados indicaram pela manutenção em 2013 das tábuas biométricas e demográficas.

Regime Financeiro e Métodos Atuariais

- Regime Financeiro – Capitalização para o benefício suplementar proporcional saldado.
- Métodos atuariais – As provisões matemáticas de benefícios a conceder são determinadas com base no valor presente das obrigações.

Cada participante ativo do Plano de Benefícios da PREVEME possui um benefício saldado calculado de acordo com o regulamento, o qual está sendo atualizado até a data do recebimento pelo índice de reajuste do plano, o que nos leva a adotar como provisão matemática o valor presente dos benefícios.

III – Patrimônio Social

Com base no Balanço do Plano de Benefícios da PREVEME de 31 de dezembro de 2013, o Patrimônio Social é de R\$ 475.249.044,25.

A Towers Watson não efetuou qualquer análise sobre a qualidade dos ativos que compõem o Patrimônio Social do Plano de Benefícios ora avaliado tendo se baseado na informação fornecida pela Sociedade Previdenciária 3M – PREVEME.

IV – Patrimônio de Cobertura, Provisões e Fundos do Plano

Com base nos dados cadastrais, utilizando as hipóteses e os métodos anteriormente mencionados, certificamos que a composição do Patrimônio de Cobertura do Plano e dos Fundos em 31 de dezembro de 2013 é a seguinte:

	Valores em R\$
Patrimônio de Cobertura do Plano	475.249.044,25
Provisões Matemáticas	575.503.383,33
<i>Benefícios Concedidos</i>	<i>319.573.890,33</i>
Contribuição Definida	1.359.062,33
Saldo de Conta de Assistidos	1.359.062,33
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização	318.214.828,00
Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	285.563.388,00
Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados	32.651.440,00
<i>Benefícios a Conceder</i>	<i>255.929.493,00</i>
Contribuição Definida	0,00
Saldo de Contas – Parcela Patrocinador(es)	0,00
Saldo de Contas – Parcela Participantes	0,00
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Programado	247.663.178,00
Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	247.663.178,00
Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinador(es)	0,00
Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	0,00
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Não Programado	8.266.315,00
Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados	8.266.315,00
Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinador(es)	0,00
Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	0,00
<i>Provisão Matemática a Constituir</i>	<i>0,00</i>
Serviço Passado	0,00
Patrocinador(es)	0,00
Participantes	0,00
Déficit Equacionado	0,00
Patrocinador(es)	0,00
Participantes	0,00
Assistidos	0,00
Por Ajustes das Contribuições Extraordinárias	0,00
Patrocinador(es)	0,00
Participantes	0,00
Assistidos	0,00
Equilíbrio Técnico	(100.254.339,08)
Resultados Realizados	(100.254.339,08)
Superávit Técnico Acumulado	0,00
Reserva de Contingência	0,00
Reserva Especial para Revisão de Plano	0,00
Déficit Técnico Acumulado	(100.254.339,08)
Resultados a Realizar	0,00
Fundos	0,00
Fundo Administrativo	0,00

De acordo com o artigo 28 da Resolução CGPC nº 26/2008, alterado pela Resolução CNPC nº 13/2013 o déficit apurado no exercício, correspondente a 17% das provisões matemáticas, deverá ser equacionado com base em plano de equacionamento de déficit a ser elaborado pela entidade até o final do exercício de 2014.

O déficit apurado em 31 de dezembro de 2013 se deve principalmente as oscilações desfavoráveis do patrimônio da entidade no exercício.

O Plano de Benefícios tem um fluxo financeiro positivo, pois o retorno esperado dos investimentos com base na meta atuarial para o próximo exercício é superior à folha de benefícios esperada para o mesmo período de R\$ 30.800.000. Foi informado pela PREVEME que no ativo total investido referente ao Plano de Benefícios existe uma parcela com liquidez suficiente para honrar os pagamentos da referida folha de benefícios esperada.

V – Variação do Passivo Atuarial

O quadro a seguir apresenta um resumo do passivo atuarial encerrado em 31/12/2013 comparado com o passivo atuarial encerrado em 31/12/2012 atualizado, pelo método de recorrência, para 31/12/2013.

	Valores em R\$		Variação em %
	Exercício Encerrado	Exercício Encerrado	
Passivo Atuarial	575.503.383,33	569.065.588,79	1,13%
Benefícios Concedidos	319.573.890,33	281.881.977,76	13,37%
Contribuição Definida	1.359.062,33	1.359.062,33	0,00%
Benefício Definido	318.214.828,00	280.522.915,43	13,44%
Benefícios a Conceder	255.929.493,00	287.183.611,03	-10,88%
Benefício Definido	255.929.493,00	287.183.611,03	-10,88%

A provisão matemática de benefícios a conceder reduziu enquanto a provisão matemática de benefícios concedidos aumentou, quando comparadas com as provisões matemáticas evoluídas, indicando que participantes ativos iniciaram o recebimento de benefício. A provisão matemática total variou dentro do esperado (variação de apenas 1,13%).

VI – Plano de Custeio

Devido ao saldamento do Plano de Benefícios no exercício de 2010, as patrocinadoras estão isentas de efetuar a contribuição do plano, salvo aquelas destinadas ao custeio das despesas administrativas.

Conforme informação de entidade, em 2014 as despesas administrativas serão custeadas pelo retorno dos investimentos.

VII – Conclusão

Face ao exposto, na qualidade de atuários responsáveis pela avaliação atuarial anual regular do Plano de Benefícios da PREVEME, informamos que, nos termos da Resolução CGPC nº 26/2008, alterada pela Resolução CNPC nº 13/2013, a entidade deverá elaborar até o final do exercício de 2014 plano de equacionamento do déficit apurado no exercício de 2013.

FISCALIZAÇÃO

Em maio de 2013 a PREVEME foi informada, através do Ofício nº 53/2013/ERSP/PREVIC a respeito do início da ação fiscal, cujo escopo abrangia itens de caráter geral e específicos relativos ao Plano de Benefícios cadastrado no CNPB sob o nº 1982.0030-65, administrado pela PREVEME. A fiscalização foi realizada pelos auditores fiscais da Receita Federal do Brasil, Marcelo Freitas Toledo de Melo e Rômulo Gonçalves da Silva.

Ainda em maio de 2013 os fiscais designados efetuaram a primeira visita na entidade, onde foi entregue o documento “Solicitação de Informações e Documentos - SID nº 01”, com a relação de documentos necessários para a realização da fiscalização, cujos documentos solicitados foram entregues no prazo determinado.

Em julho de 2013 foi entregue pelos fiscais o Relatório de Fiscalização RF nº 13/2013/ERSP/PREVIC, cujo quadro resumo está replicado a seguir.

Item	Escopo	Subitem	Ocorrência	Conclusão
3.1	Controles Internos de Governança	3.1.1. Estrutura Gerencial	Determinação de Procedimentos	Determinamos que, no prazo de 30 dias, a entidade demonstre como vem atendendo os artigos 16 §5º e 28 §5º do estatuto, e o item 26 do Guia Previc de Melhores Práticas
3.1	Controles Internos de Governança	3.1.4 Política de Capacitação de Gestores e de educação previdenciária	Recomendação	Recomendamos que a entidade desenvolva e implante um processo para avaliação periódica de lacunas de conhecimento, integrado a um programa para capacitação de dirigentes e conselheiros.
3.2	Controles Internos de Atuária	3.2.1 Mapeamento do processo e fluxo de informações	Recomendação	Recomendamos que a entidade busque formalizar os procedimentos referentes ao fluxo de informações adequado no tocante aos processos relacionados à área atuarial.
3.3	Controles Internos de Investimentos	3.3.1 Ambiente de controle	Recomendação	Recomendamos que a entidade formalize as atribuições, responsabilidades e alçadas de sua competência em normas internas, a serem aprovadas pelo Conselho Deliberativo.
3.3	Controles Internos de Investimentos	3.3.2 Processo decisório	Recomendação	Recomendamos que a entidade formalize seus procedimentos de tomada de decisão.
3.3	Controles Internos de Investimentos	3.3.3 Controle dos investimentos, informação e comunicação	Recomendação	Recomendamos que a entidade implemente e formalize os procedimentos de seleção, contratação e acompanhamento da qualidade dos serviços prestados por terceiros.
3.5	Conselho Fiscal		Recomendação	Recomendamos que o Conselho Fiscal busque aprofundar as discussões sobre a análise a aderência das premissas e hipóteses atuariais e aprimorar seus relatórios no que se refere a estas questões, conforme previsto no artigo 19 da Resolução CGPC nº 13/2004 e no item 83 do Guia Previc de Melhores Práticas de Governança.

Na manifestação acerca do Relatório de Fiscalização efetuada pela entidade foi criado um plano de ação voltado para as recomendações presentes e a fim de entender a determinação, foi feita a análise do Estatuto da Entidade, constatando-se que pode ter havido um descuido do fiscal ao mencionar artigos inexistentes no referido documento, sendo que os artigos 15 e 27 dispensam a necessidade de eleições para composição do Conselho Deliberativo e Fiscal.

Os demais itens recomendados foram inseridos no Manual de Governança Corporativa da Entidade.

A ação fiscal foi encerrada após análise das considerações e documentos apresentados em cumprimento às determinações constantes no Relatório de Fiscalização, em 21 de novembro de 2013 através do Ofício nº 147/2013/ERSP/PREVIC.



RELATÓRIO ANUAL
2013 · 2014

 **preveme**
Tranquilidade para o seu futuro